

O “REENQUADRAMENTO” DA LEITURA DAS ESCRITURAS: UMA PRÁTICA CULTURAL E ECLESIAL

THE “REFRAMING” OF SCRIPTURE READING: A CULTURAL AND ECCLESIAL PRACTICE

Fernando Matheus de Andrade¹

Resumo: Este presente artigo tem como objetivo tratar sobre o processo de “reenquadramento” da leitura da Escritura a partir da constituição dogmática *Dei Verbum* como forma de prática cultural e eclesial. Se demonstrará como a Igreja incorpora em seu modo de ser mediante a prática cultural, principalmente nos estudos bíblicos, caracterizada pelo valor ecumênico e pastoral do Concílio Vaticano II e como a partir da busca pelo sentido da Palavra desperta um movimento pneumatológico que inspira aquele que tem fé a trilhar um caminho de conhecimento de Jesus Cristo adotando assim, também, um movimento eclesiológico de transmissão do fundamento evangélico.

Palavras-chaves: “Reenquadramento” – Escritura – *Dei Verbum* – cultura - Igreja

Abstract: This present article aims to address the process of “reframing” the reading of Scripture from the dogmatic constitution *Dei Verbum* as a form of cultural and ecclesiastical practice. It will demonstrate how the Church incorporates into its way of being through cultural practice, mainly in biblical studies, characterized by the ecumenical and pastoral value of the Second Vatican Council and how, from the search for the meaning of the Word, it awakens a pneumatological movement that inspires those who have faith to tread a path of knowledge of Jesus Christ, thus also adopting an ecclesiological movement of transmission of the evangelical foundation.

Keywords: “Reframing” – Scripture – *Dei Verbum* – culture - Church

¹ Fernando Matheus de Andrade, bacharel em Filosofia pela PUC – Campinas, estudante do curso de graduação em Teologia pela mesma instituição de ensino superior e pós-graduando em Sagrada Escritura pela instituição Claretiano de Ensino.

1. INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tratará do processo de “reenquadramento” da leitura da Escritura mediante o processo ocorrido depois da constituição dogmática *Dei Verbum* com a abordagem dessa mesma leitura como prática cultural e eclesial no acesso à Palavra de Deus.

Desde a aprovação da constituição *Dei Verbum* em 18 de novembro de 1965, houve uma mudança transformadora no que até então entendia como função da Palavra na vida da Igreja. O processo conciliar trouxe verdadeiramente uma nova construção renovadora que se caracteriza com o caráter ecumênico e pastoral do Concílio Vaticano II.

A Igreja “de isolado do mundo, assume-se como sinal de salvação dentro do mundo; de detentora da verdade presente nas ciências e passa a dialogar com elas” (VASCONCELOS; SILVA, 2015, p. 7). Essa abertura com o mundo também se introduz com um novo movimento bíblico dentro da Igreja de maneira a realizar um processo de “reenquadramento” da leitura da Escritura na sua prática cultural e eclesial (THEOBALD, 2015).

Para isso se demonstrará como a Igreja vai introduzindo a cultura no seu meio e principalmente nos estudos bíblicos para que assim reverbere no mundo o sentido espiritual que só é demonstrável a partir da santidade que emana do próprio Jesus Cristo.

2. O PROCESSO DE “REENQUADRAMENTO” NA HISTÓRIA DA IGREJA

2.1. O período de Trento e sua aplicação doutrinária

A afirmação de que o Concílio Vaticano II trouxe um “reenquadramento” da Palavra de Deus na vida da Igreja não pode ser visto como um evento isolado, antes é um processo histórico de amadurecimento e de escuta do Espírito.

Desde o mandato de Carlos Magno de tornar a Europa um continente cristianizado, o clero ascendeu-se tanto em questão econômico e política chegando a se tornar uma Igreja imperial no qual o clero, em vista do poder imposto, manipula certas decisões públicas, mas também privadas da Igreja (ALBERIGO, 1995). Isso custou a um afastamento da parte do clero com os simples fiéis, depositando os conhecimentos mais elevados apenas aos religiosos.

Porém, após a Reforma inflamada por Lutero, a Igreja se viu no dever de convocar um concílio que teria como característica a condenação e refutação das teses protestantes (ALBERIGO, 1995). Convocado o Concílio de Trento em 13 de dezembro de 1545 e concluído em 4 de dezembro de 1563 teve como foco dois aspectos que circundaram diante de suas afirmações: a doutrina e a disciplina. Em vista da disciplina foi uma reafirmação mais firme daquilo que a Igreja já afirmava como a presença do bispo ou do padre no meio do povo que lhe foi confiado, a carreira e a condição de vida dos clérigos (ALBERIGO, 1995)

Em vista da reflexão desse trabalho o que será de maior relevância é o aspecto doutrinário dos decretos, pois “a obra doutrinária do concílio de Trento foi concebida em essência como resposta às teses protestantes” (ALBERIGO, 1995, p. 340). Por conta disso, ao refletir acerca da afirmação *Scriptura sola* (apenas a Escritura salva), a Igreja optou por fixar o conteúdo dos livros sagrados expondo a integralidade da Escritura com o cânon e reafirmando a autoridade da Bíblia como um livro “proveniente da boca de Cristo ou ditada pelo Espírito Santo e conservada na Igreja católica por sucessão contínua” (DZ, 2015, p.396). Acrescenta também a promulgação da Vulgata como a versão autorizada pela Igreja para a divulgação e proíbe a circulação da Bíblia em outra língua que não seja a latina (DZ, 2015).

Decorrente disso, no período pré-conciliar constou com uma tentativa de incrementar a língua vernácula na tradução da Bíblia, porém rechaçada por boa parte do clero, houve uma norma que prescrevia que apenas com autorização dos bispos ou dos inquisidores seria aprovada a tradução à língua vernácula sendo traduzida por uma autoridade católica (ALBERIGO, 1995). Assim, o povo começa a ser afastado do acesso às Escrituras dando lugar a incrementação de um rigoroso sistema doutrinário figurado também pelo Catecismo Romano.

2.2. A tentativa de “reenquadramento” através do diálogo com o mundo moderno

A Igreja permanece com o posicionamento de Trento acerca da tradução da Bíblia até se confrontar com o período moderno que põe em jogo a interpretação da Sagrada Escritura no mundo.

Por isso que perpassando pelo Concílio Vaticano I, em 1893, o Papa Leão XIII escreve a carta encíclica *Providentissimus Deus* se posicionando acerca dos problemas da exegese histórico-crítica moderna. Essa carta é dividida em três partes: a primeira reafirmando o posicionamento dos Concílios de Trento e Vaticano I da autoridade da Igreja do sentido e interpretação verdadeiros das Sagradas Escrituras e continuando com a Vulgata como tradução

legítima; a segunda introduz em sentido apologético a utilização de conhecimentos das ciências naturais para combater os sofismas modernos; a terceira designando que “todos os livros que a Igreja recebe como sagrados e canônicos, integralmente e com todas as suas partes foram escritas sob o ditame do Espírito Santo” (DZ, 2015, p. 704).

Porém é apenas em 1943, com a encíclica *Divino afflante Spiritu* de Pio XII que há avanço nos estudos exegéticos aprovando a utilização do método histórico-crítico moderno aplicado as Sagradas Escrituras. Nesse sentido, o papa legitima a liberdade da investigação científica na Bíblia ao passo que “todo conhecimento humano, mesmo não sagrado, tem como que por si uma dignidade e excelência própria [...]; mas eleva-se a uma nova e mais alta dignidade [...], quando aplicado para fazer brilhar com clara luz as coisas divinas” (DZ, p. 837, 2015).

É nesse cenário que se encaminha depois em 18 de novembro de 1965 a constituição dogmática *Dei Verbum*, que trouxe uma nova articulação entre as verdades de fé acerca da natureza da Revelação (capítulos I-II), os problemas da pesquisa bíblica (capítulos III-V) e o capítulo VI o qual diz sobre a Bíblia na vida da Igreja a qual focará os próximos parágrafos desse trabalho.

3. MARCO CONCILIAR: *DEI VERBUM* ENRE UMA PRÁTICA CULTURAL E ECLESIAL

3.1. A identificação da Sagrada Escritura na Igreja e no mundo

Houve realmente uma inovação naquilo que a Igreja entende sobre os estudos bíblicos, e isso foi um processo traçado desde Trento que força aos exegetas a assumirem uma forma de interpretação dos textos sagrados na “eficácia infalível” dos conhecimentos científicos e históricos onde o Espírito Santo também age (MESTERS, 1978; *apud*, VASCONCELOS;SILVA, 2015).

Todavia como já se afirmou anteriormente, houve certa ruptura entre a Bíblia e a Igreja na forma de como a própria Igreja comunica a cultura no mundo (THEOBALD, 2015) levando a Bíblia a se tornar um “clássico” na Europa levando alguns grupos a interpretarem as Escrituras fora do âmbito eclesial cometendo ao afastamento da economia da salvação (THEOBALD, 2015).

Indefectivamente é inerrante que a interpretação da Sagrada Escritura esteja de acordo com o espírito do Concílio Vaticano II que, em primeira instância, corresponde a prática pastoral de acordo com as exigências culturais de nossos tempos (THEOBALD, 2015), que “encontra sua própria fonte no Evangelho de Deus” (THEOBALD, 2015, p. 628).

Por isso que a *Dei Verbum* traça um caminho que explicita a identidade da Escritura como tal: “[...]as Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus e, porque inspiradas, são verdadeiramente palavra de Deus” (DV, 24). Nessa afirmação corrobora a compreensão das Escrituras e da Palavra de Deus reconhecidas através de uma experiência de fé, logo que é através dessa experiência que conduz ao reconhecimento das Escrituras como inspiradas (THEOBALD, 2015).

Uma vez que é por entre a firmeza do reconhecimento da Palavra inspirada que os fiéis conheçam Jesus Cristo (Fl 3,8) reverberando a sua Revelação orquestrando a manifestação de Deus mesmo e fazendo com o que o homem “participe dos bens divinos, que superam inteiramente a capacidade da mente humana” (DZ, 1997, p. 647), como explicita no n.25 da *Dei Verbum*.

Essa disparidade na compreensão da interpretação das Sagradas Escrituras especifica que a Bíblia é lida pela sua influência cultural não considerando o pressuposto eclesial e teológico da inspiração explicitando os diversos métodos linguísticos e analíticos de emprego na hermenêutica bíblica (THEOBALD, 2015).

O emprego desta atitude revela a situação da substituição do sentido da Bíblia como livro espiritual salvaguardando a leitura sincrônica que enfatiza a inspiração unicamente pessoal, introduzindo um Cristo pessoal e que satisfaça a religiosidade subjetiva (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993)

3.2. A Bíblia como alma da Teologia

Embora o caminho traçado pela *Dei Verbum* no capítulo IV seja de uma perspectiva ecumênica e pastoral, a Igreja continua afirmando o que o Papa Leão XIII afirma na *Providentissimus Deus* que as Sagradas Escrituras são a alma da Teologia (DZ, 1997, p. 701). É a essa legitimidade que se entende a perspectiva teológica imprescindível nos estudos bíblicos revelando o sentido *a priori* das Escrituras serem inspiradas pelo Espírito Santo (DV, 2).

Para se adentrar propriamente no espírito inspirador da Sagrada Escritura é necessário perceber que ela não é apenas um livro cultural e sim “palavra viva e eficaz” (Hb 4,12) que se

descobre como Palavra Divina ao passo que vai se conformando com os acontecimentos daqueles que viveram naquele tempo e a sua intencionalidade quanto a aplicação da letra (DV, 12).

Entender a complexidade da história de um povo diante da complexidade da vida contemporânea evoca uma experiência de inspiração, pois reconduz aquele que leu as Escrituras a experienciar a sua própria humanidade que é a sua própria existência (THEOBALD, 2015). Nessa dialética entre a leitura da Escritura e a situação da sociedade expressa a essência maior da Igreja pós-conciliar: perceber no cotidiano da sociedade os *sinais messiânicos* (THEOBALD, 2015).

Esse interesse cultural e existencial pela Bíblia torna-se motivo de encontro com a própria humanidade vinculada a interiorização do sentido pleno que é a configuração ao evento Cristo na “descoberta de um ‘mundo’ que esconde em si a possível regeneração do nosso” (THEOBALD, 2015, p. 643).

O processo de “reenquadramento” da *Dei Verbum* é conotado por essa evidente ligação com o leitor e o mundo do texto abrangendo a proximidade entre Escritura e vida de Igreja que enquadra a interpretação no âmbito extratexto que prefigura o movimento apostólico de transmissão do Evangelho tendo como ponto de partida o acesso a fé podendo ser evidenciado na presença da Bíblia na cultura (THEOBALD, 2015).

4. Em busca de uma Teologia da Inspiração

4.1. O processo de “reenquadramento” no conceito eclesial de inspiração

A constituição dogmática não anula aquilo que a Igreja já vem afirmando como verdade de fé o que se disse desde os concílios de Florença, Trento e Vaticano I, mas, de certa forma, “reenquadra” os ensinamentos sobre inspiração ainda se utilizando e três níveis eclesiais do que se entende sobre Teologia da Inspiração (THEOBALD, 2015)

O primeiro nível diz respeito a como a inspiração deve ser abordada a partir da composição dos livros em vista de um sentido recepcionado nas comunidades eclesiais. Como já dito anteriormente, a experiência que se dá a Bíblia no mundo contemporâneo parte do seu sentido cultural que suscita naqueles que a leem sentidos múltiplos que se identificam através do sentido da leitura (THEOBALD, 2015).

De certo modo, o sentido diversificado tem um limite porque é necessário que o leitor se relacione com o seu meio e as analogias da Igreja primitiva para que assim conduza a um caminho de conhecimento do conteúdo dos textos sagrados a unicidade da Escritura em vista da *totalidade do corpus* levando em conta a Tradição e a analogia da fé (DV, 12).

Apenas se utilizando da analogia histórica desencadeia uma compreensão mínima do conjunto da Escritura, sendo necessário o caminho metodológico da analogia da fé, esse método teológico presente na *Dei Verbum* “presenteia como uma síntese, que permanece determinante, constituída pelas instituições perenes da teologia dos Santos Padres e pelos novos conhecimentos metodológicos modernos” (RATZINGER, 1993; *apud*, PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.28).

É nesse sentido que se compreende o segundo nível da inspiração; de que os textos sagrados comunicam a Revelação como tal (DV, 7) e de que a Escritura é reconhecida *como* Palavra de Deus (DV, 24) contendo a verdade da nossa salvação (DV, 3). De certo modo, não é o escrito que importa e sim aquilo que os escritos bíblicos transmitem “a Palavra da verdade – o Evangelho da vossa salvação” (Ef 1, 13).

Isso leva ao desvelamento do *mysterium* já pressuposto de condição ativa dos efeitos espirituais, desencadeando o terceiro nível da presença evangélica na integralidade do acontecimento Cristo que enfatiza sua *parousia*, por isso em última razão essa presença evangélica no mundo é “acontecimento escatológico de conversão” (THEOBALD, 2015, p. 647).

É pelo viés que a Letra ganha seu caráter espiritual intensificando em um novo tipo de Escritura e de leitura qualificadas pelo movimento pneumatológico da inspiração culminando na manifestação da verdade transmitida pelas Escrituras na santidade neotestamentária que comunica o *mysterium* que é a santidade de Jesus (THEOBALD, 2015).

4.2. A santidade da Escritura

O serviço de “reenquadramento” proposto pelo Concílio denota sentido na comunicação entre a forma e o conteúdo da Sagrada Escritura que se concordam quando ressignificados na unicidade que se gera entre o sentido literal e o sentido espiritual pelo Espírito, “portanto, na Sagrada Escritura, salvas sempre a verdade e a santidade de Deus, manifesta-se a admirável condescendência da eterna Sabedoria” (DV, 13).

Por isso que a escuta da Palavra precede o reconhecimento como Palavra divina (DV, 21) porque esta mesma só se torna credível para quem escuta quando a mesma Palavra se torna como “espaço” do qual se identifica a voz divina que ressoa e se espalha (Sl 18). “De fato, as Escrituras podem ser reconhecidas como santas no momento em que a leitura exerce efetivamente um ‘poder’ de formação naqueles e naquelas que se expõe até o fim” (THEOBALD, 2015, p. 653).

A Bíblia como escola de humanidade expressa a credibilidade da vida com o âmbito da fé que dá sentido a própria existência de acordo com o próprio viver de Jesus, o “Santo de Deus” (Jo 6,69) manifestado no encontro com o outro (THEOBALD, 2015). Quem cruza no caminho de Jesus “deixa advir sua própria identidade,[...] sua saúde, sua santidade” (THEOBALD, 2015, p. 656), ou seja a sua *dynamis*.

Essa mesma santidade a Igreja também participa com sua presença na história e na sociedade, por essa razão o *modus agendi* de Jesus se faz também o da Igreja tendo como dever a transmissão de tudo que foi inspirado pelo Espírito Santo (DV, 11), interpretando, investigando e transmitindo atentamente as palavras que Deus mesmo manifestou (DV, 12).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se nesse presente trabalho como a constituição dogmática *Dei Verbum* começou um processo de “reenquadramento” da leitura da Escritura na prática cultural e eclesial tratando a Escritura como Palavra de Deus e sendo a Palavra de Deus (DV, 24). Para isso, expôs-se como a história vai traçando esse processo através dos Concílios de Trento e Vaticano I, até a abertura da Igreja para as ciências modernas na interpretação bíblica nunca negando o sentido espiritual das Escrituras que levam mediante a fé ao conhecimento de Jesus Cristo.

Sendo a Escritura verdadeiramente Palavra revelada comunicada por Deus através de mãos humanas, se entende que a secularização da mesma é limitada ao passo que é através do olhar da fé na adesão a própria Revelação que aquilo que é tido como Letra se torna sagrada, pois emana santidade mediante a santidade de Jesus Cristo.

Levando em consideração os gêneros literários e adentrando no mundo do escritor sagrado, o leitor da Bíblia vai como que desvelando o *mysterium* na totalidade do *corpus* bíblico e conhecendo o seu sentido evangélico na Tradição apostólica o no dever da Igreja de zelar por esse ensinamento.

Por fim, o “reenquadramento” proposto pela constituição dogmática *Dei Verbum* deve ser entendido de acordo com o caráter ecumênico e pastoral do Concílio Vaticano II que no movimento pneumatológico da inspiração deixa-se mostrar o caminho de conhecimento de Jesus Cristo, mas também com o caráter eclesiológico, pois é o próprio Concílio que concebe como fundamental a transmissão do Evangelho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERIGO, G. Org. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulus, 1994
- THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II**. v. 1. São Leopoldo: Unisinos, 2015, p. 626-661
- BÍBLIA SAGRADA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2022.
- CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA. *Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas, 1998
- DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.
- VASCONCELOS;SILVA. **O Vaticano II e a Leitura da Bíblia**. São Paulo: Paulus, 2015.